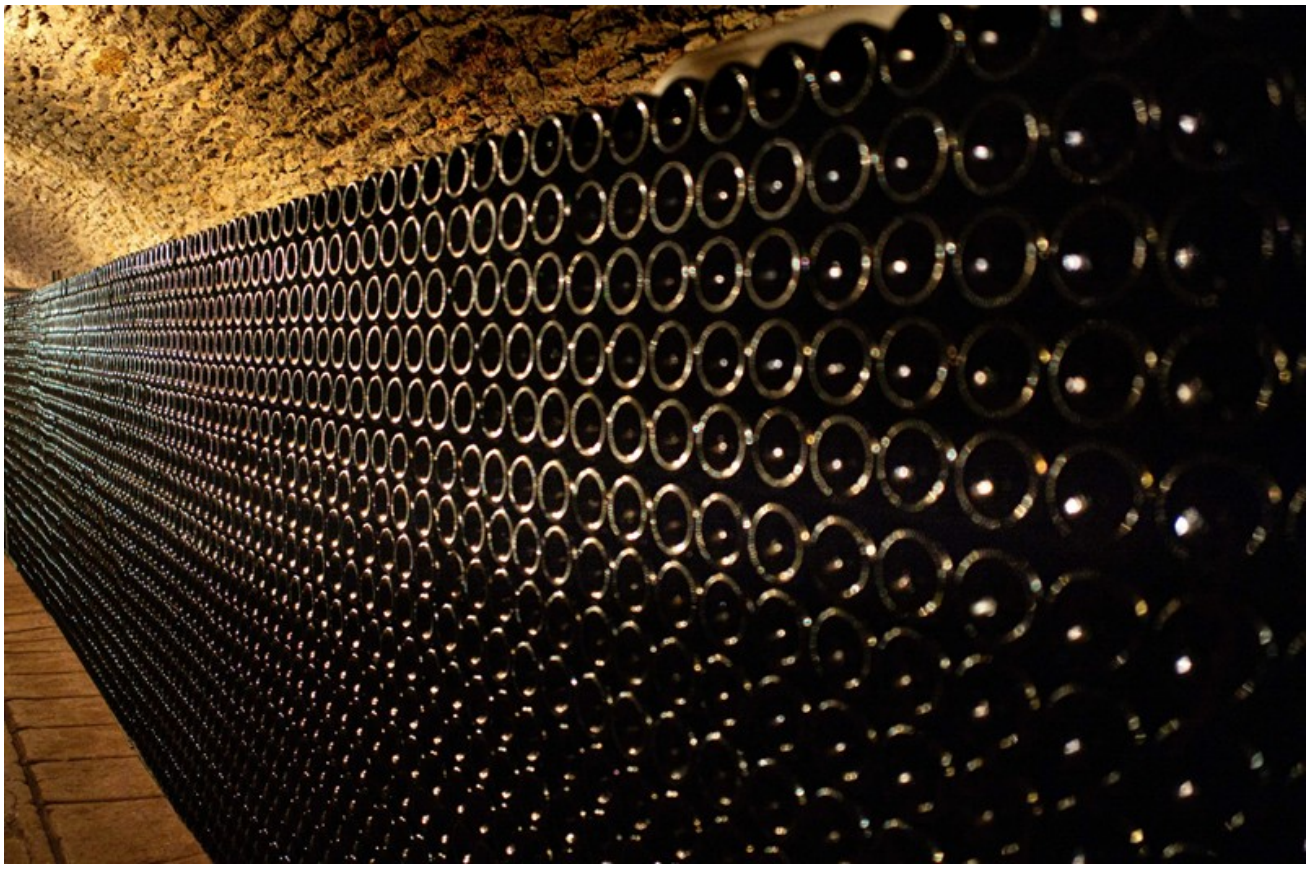
vinetur

Partido Liga propõe moratória de 12 meses no reembolso de empréstimos para cooperativas vinícolas com stocks por vender

A alteração ao Orçamento permitiria aos produtores elegíveis pagar primeiro aos membros das cooperativas, aliviando a pressão dos balanços fragilizados e dos stocks por vender

sábado, 21 de novembro de 2026



O partido Liga propôs na sexta-feira, 20 de novembro, uma moratória de 12 meses no reembolso de empréstimos para alguns segmentos do setor vitivinícola, afirmando que a medida visa ajudar cooperativas e adegas que enfrentam dificuldades de tesouraria devido a stocks por vender e a balanços fragilizados.

Riccardo Molinari, líder do partido na Câmara dos Deputados, anunciou a proposta numa conferência de imprensa sobre a proposta de lei do Orçamento na câmara baixa, segundo a ANSA. Disse que a alteração suspenderia os pagamentos de empréstimos das adegas sociais, ou cooperativas vitivinícolas, e de empresas com situações de crédito deterioradas e reservas de vinho que ainda não conseguiram vender.

Molinari afirmou que o objetivo é permitir a essas empresas dar prioridade aos pagamentos aos membros das cooperativas, em detrimento do serviço da dívida. Descreveu a proposta como uma medida «sem custos», destinada a responder ao que classificou como uma emergência objetiva nas zonas agrícolas.

O plano, tal como foi apresentado por Molinari, integra as propostas de alteração que a Liga submeteu no âmbito do pacote orçamental italiano. Nesta fase, a proposta ainda não constitui uma política definitiva e terá de seguir o processo legislativo associado à medida orçamental mais ampla.

O anúncio aponta para dificuldades financeiras em alguns segmentos do setor vitivinícola italiano, onde certos produtores e cooperativas estão a lidar com stocks por vender e com um acesso mais limitado ao crédito. Se for aprovada, uma suspensão temporária dos pagamentos de empréstimos poderá dar a alguns operadores maior margem para gerir necessidades de liquidez a curto prazo. No setor das bebidas, isso poderá ser relevante porque as cooperativas precisam muitas vezes de dinheiro para pagar aos viticultores e a outros membros, e uma pausa nos reembolsos poderá ajudar a manter esses pagamentos enquanto o vinho permanece armazenado.

Molinari afirmou que a alteração é direcionada, não abrangente. Referiu especificamente cooperativas e empresas com situações de crédito problemáticas e reservas que continuam sem conseguir colocar no mercado. Isso sugere que a Liga pretende direcionar o apoio para o segmento do setor sujeito à pressão financeira mais imediata, em vez de o alargar a todas as empresas vitivinícolas.

A proposta surge no contexto de um debate mais amplo em Itália sobre a forma de apoiar a agricultura através da lei orçamental anual. Além da medida relativa ao vinho, Molinari afirmou que a Liga também apresentou outra proposta de alteração para aumentar em 40 milhões de euros, ao longo de dois anos, o financiamento do programa Agriculture 4.0.

Disse que esse aumento visa evitar que explorações agrícolas e empresas do setor façam investimentos ao abrigo do programa e depois sejam obrigadas a contribuir com mais fundos próprios, porque os recursos orçamentais ficam aquém do que as regras as levaram a esperar. O programa destina-se a apoiar o investimento e a modernização da agricultura.

Em conjunto, as duas propostas mostram que a Liga está a centrar-se tanto nas dificuldades financeiras imediatas do setor vitivinícola como no apoio ao investimento a longo prazo das empresas agrícolas. A proposta de moratória aborda a liquidez e o serviço da dívida, enquanto a alteração relativa ao Agriculture 4.0 visa dar previsibilidade ao financiamento das empresas que realizam investimentos de capital.

A notícia da ANSA não incluiu reações do Governo, de outros partidos, de bancos ou de organizações do setor vitivinícola, nem indicou quantas empresas poderiam ser elegíveis para a moratória ou como seria administrada a suspensão. Também não especificou se a pausa de 12 meses se aplicaria apenas aos pagamentos de capital ou tanto ao capital como aos juros.

Ainda assim, a medida, tal como foi descrita por Molinari, proporcionaria uma forma clara de alívio temporário às adegas e cooperativas elegíveis. Para um setor que enfrenta vinho por vender e pressão sobre os fluxos de caixa, o adiamento dos reembolsos da dívida poderá ajudar as empresas a preservar fundos operacionais e, potencialmente, a aliviar a tensão entre o pagamento dos empréstimos e o pagamento aos viticultores ligados às estruturas cooperativas.

O debate orçamental no parlamento deverá determinar se a proposta de alteração avança na sua forma atual ou se é revista durante as negociações dos deputados sobre o pacote final.